



## MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM RURAL: AS DINÂMICAS DO MUNDO RURAL SOB O OLHAR GEOGRÁFICO

Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho se ocupou em apresentar aspectos relativos as noções de multifuncionalidade da agricultura e da paisagem rural. O esforço teórico aqui empregado buscou situar a adoção desta perspectiva teórico-analítica no bojo dos estudos sobre o campo brasileiro, sobretudo partilhando do olhar geográfico sobre o espaço rural. Nessa perspectiva, o que está posto é a compreensão das transformações do espaço agrário e, em face disso, a identificação e discussão de noções teóricas e analíticas que suportem, testem e analisem os novos contornos do meio rural. Desse modo, partilhamos do entendimento de que as noções teóricas aqui discutidas – multifuncionalidade da agricultura e multifuncionalidade da paisagem rural – representam um caminho analítico relevante aos estudos e análise destas transformações do campo brasileiro.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar, Geografia Rural, Mundo Rural, Desenvolvimento Rural, Pós-productivismo.

### ABSTRACT

This work was concerned with presenting aspects related to the notions of multifunctionality of agriculture and the rural landscape. The theoretical effort employed here sought to situate the adoption of this theoretical-analytical perspective amid studies on the Brazilian countryside, above all sharing the geographic view of rural space. In this perspective, what is set is the understanding of the transformations of the agrarian space and, in light of this, the identification and discussion of theoretical and analytical notions that support, test, and analyze the new contours of the rural environment. In this way, we share the understanding that the theoretical notions discussed here – the multifunctionality of agriculture and the multifunctionality of the rural landscape – represent an analytical path relevant to the studies and analysis of these transformations in the Brazilian countryside.

**Keywords:** Family Farming, Rural Geography, Rural World, Rural Development, Post-productivism.

### INTRODUÇÃO

Entendendo a natureza diversa dos arranjos da produção agropecuária brasileira, o presente trabalho se ocupa em apresentar um olhar ampliado sobre as dinâmicas do mundo rural na contemporaneidade. Empreende-se, dessa forma, o exercício teórico de analisar os preceitos e as noções de multifuncionalidade da agricultura e multifuncionalidade da paisagem rural a luz da perspectiva geográfica. Cara as discussões no bojo das ciências humanas, sobretudo

---

<sup>1</sup> Mestrando, bacharelado e licenciado em Geografia – IGCE/UNESP Rio Claro – SP,  
[murilo.oliveira@unesp.br](mailto:murilo.oliveira@unesp.br)



sociais, a multifuncionalidade da agricultura e da paisagem rural se apresentam como noções analíticas de sumária importância para o exame das dinâmicas das novas ruralidades (WANDERLEY, 2000) e representa, para a Geografia Rural, uma possibilidade de leitura coerente com a realidade posta aos movimentos da sociedade e aos imperativos do capital.

A complexidade das novas dinâmicas do mundo rural, por meio dessas noções, é lida na amplitude do quadro analítico ofertado por tais conceitos. Nessa senda, partimos da análise da relação sociedade-espço, entendendo a agricultura como atividade de organização societária e de organização do espaço, mediada pela categoria trabalho, portanto, da ação humana. Ademais, a perspectiva da herança espacial agrária apresenta na relação sociedade-natureza – através da agricultura – uma lógica temporal e espacial atribuída no entendimento da própria variação desta relação ao longo do tempo e do espaço. Em face dessa dimensão relacional, põem-se os novos contornos do rural, gestados no processo de transbordamento das dinâmicas do urbano, sob os quais estruturam-se os novos usos e representações sociais sobre o espaço rural.

Dessa forma, abre-se a possibilidade de compreender que a atividade agropecuária não mais se realiza somente na sua materialidade produtiva, mas encaminha relações imateriais que participam das dinâmicas de produção e reprodução de um dado modo de vida. Assim, a multifuncionalidade da agricultura e a multifuncionalidade da paisagem rural expressam um momento das dinâmicas e processos do mundo rural, no qual se anuncia a polarização de diversas funções, lastreadas pela atividade agropecuária, mas que não necessariamente se encerra na produção e atividade agrícola. Existe, dessa forma, uma heterogeneidade de funções que se conectam – na perspectiva da Geografia – na ação da sociedade sobre o espaço.

Desse modo, por se tratar de um trabalho que parte dos preceitos da Geografia Rural, iniciamos pela relação homem-natureza/sociedade-espço, delineando o papel da agricultura nesta relação. Ademais, buscamos a compreensão das dinâmicas do mundo rural por meio da multiplicidade das suas funções. E por fim, apresentamos a distinção entre a multifuncionalidade da agricultura e a multifuncionalidade da paisagem rural, através de apontamentos analíticos que instrumentalizam a aplicação destas noções teóricas.

## **HERANÇA ESPACIAL AGRÁRIA: AGRICULTURA, TRABALHO E RELAÇÃO SOCIEDADE-ESPAÇO**

Ao laçarem mão de uma “teoria das transformações históricas e da diferenciação geográfica dos sistemas agrários”, por meio do exame da “Agricultura Comparada” ao longo do tempo e do espaço, Mazoyer; Roudart (2010) defendem a premência de se pensar a



agricultura – ou as agriculturas no mundo – na definição das estruturas econômicas e sociais, sobretudo narradas por uma “herança agrária da humanidade”. O que os autores demonstram é a relação intrínseca entre sociedade e agricultura, ao que se refere à organização das dinâmicas socioeconômicas dos diferentes grupos sociais ao longo da história. A organização societária é entendida como expressão do pretérito processo de expansão demográfica (um dos elementos das formas de sociabilidade entre os indivíduos) e, a agricultura como base técnica, *a priori*, possibilita os incipientes arranjos socioespaciais (e demográficos) de conjugação da ação humana sobre o espaço. Desta forma, espaço, sociedade e agricultura se (re)combinam no uso e apropriação da natureza.

A noção do “homem” inerente as dinâmicas naturais, na perspectiva de revisão da relação ontológica com a natureza, após o Renascimento, são apresentadas por Moreira (2006) na sua leitura histórica sobre o homem estatístico.

O homem não só é tirado do plano da natureza, em que até então se encontrara como animal racional, como é jogado num terreno de concepção que o afeiçoa ao mundo da engrenagem da tecnologia e da fábrica, cujo advento se avizinha, e para cujo surgimento toda a revolução científica e cultural que o Renascimento origina serve como um preparo. (MOREIRA, 2006, p. 86)

Essa concepção de exteriorização do homem como parte da natureza participa das formas de organização do espaço. Corrobora-se tal afirmação, a partir do entendimento de que o espaço é, na sua essência, o suporte da ação do homem. Este, na condição de agente da ação, organiza e estrutura diversas paisagens representantes da ação meditada, combinada e contínua<sup>2</sup> dispostas nas relações sociais sobre o meio natural, tal como nos apresenta Dollfus (1975); ademais, a noção – agora possível – da natureza como recurso, valida essa relação precificada do natural em subjugação às instâncias de acumulação e reprodução do capital, culminando numa dada valorização do espaço. Dollfus (1975) nos lembra que “os ‘recursos naturais’ de um espaço determinado só adquirem valor em função de uma sociedade, de uma época e de técnicas de produção determinadas; estão na dependência de uma modalidade de produção e da conjuntura de uma época” (p. 37).

Assim, a relação sociedade-espaço evidencia-se na forma elementar de apropriação dos “produtos” da natureza e a fixação de um grupo social passa a representar as formas de apropriação e de transformação do espaço (MORAES; COSTA, 1984). O adensamento da dimensão temporal nesta relação se expressa na tríade sociedade-espaço-tempo que inscreve

---

<sup>2</sup> Ver mais em DOLLFUS, O. O homem e o espaço geográfico. In: \_\_\_\_\_. **O Espaço Geográfico**. 2 ed. Difel : São Paulo, 1975. Pp. 29-41



nas dinâmicas e processos espaciais, a materialização da territorialidade<sup>3</sup> dos grupos sociais. Desse modo, a territorialidade decorre do trabalho espacialmente e temporalmente agregado, apresentado nos processos de apropriação, uso e ocupação do espaço

O excedente de trabalho de sucessivas gerações, sociedades, e mesmo modos de produção, vão se incorporando cumulativamente ao solo. Começa a constituir aquilo que M. Santos chama de ‘herança espacial’. A generalização da apropriação, fixação e acumulação de trabalho ao espaço está na raiz do processo de constituição dos territórios e dos Estados. Este já representa um momento superior do processo de valorização, aquele que se assenta no efetivo domínio do espaço, agora já plenamente concebido como espaço de reprodução da sociedade. (MORAES; COSTA, 1984, p. 137)

Dessa forma, a mesma herança espacial a qual os autores se referem nas contribuições de Milton Santos, se encontra na noção de herança agrária da humanidade descrita por Mazoyer; Roudart (2010), tal como mencionamos no início do presente subtítulo. Tal correspondência é apresentada sob a inscrição dos aspectos de sociabilidade dos indivíduos através do trabalho, uma vez que este, como nos lembra Santos (1996), é aprendido na relação com o outro. É, portanto, na apreensão do novo que a ação humana produz o espaço. A herança agrária é, por esse sentido, uma herança espacial pois é fruto da acumulação do trabalho humano no espaço, através da prática de domesticação e aclimatação de plantas e animais (MOREIRA, 2019), com vistas a reprodução do indivíduo e do grupo. Dessa forma, é o trabalho que perpassará a relação homem-natureza (sociedade-espaço) denotando a incorporação da “ação do homem, [e] dele adquirindo diferentes feições, que correspondem às feições do respectivo momento histórico” (SANTOS, 1996, p. 88-89).

Recuperamos, mesmo que brevemente, essa relação sociedade-espaço no constructo de uma herança espacial – através do trabalho, portanto, da ação humana –, para balizarmos alguns aspectos de valorização do espaço por meio da avaliação do distanciamento entre homem-natureza que viabilizam processos de fixação, apropriação e acumulação. Esses processos terminam por engendrar formas de transformação do espaço através do avanço das bases técnicas e de um dado modelo de desenvolvimento (conjuntura e modalidade de produção). Por conseguinte, adentramos na discussão sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura e multifuncionalidade da paisagem rural.

## **O MUNDO RURAL EM SUA FACE MULTIFUNCIONAL: A POLARIZAÇÃO DOS ASPECTOS E FUNÇÕES DIVERSAS DA AGRICULTURA**

---

<sup>3</sup> Ver mais em RAFFESTIN, C. O que é o território?. In: \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. Ed. Ática: São Paulo, 1993. Pp. 143-217



O caminho inicialmente escolhido decorre do fato de entendermos como base para o exame das dinâmicas multifuncionais da agricultura e da paisagem rural, os processos de modernização (mudanças na base técnica de produção) e industrialização (transformação da agricultura em um ramo de produção semelhante à indústria) da agricultura, inscritos num quadro histórico de (re)definição de um modelo produtivo e de uso e apropriação da natureza. Ademais, os aspectos de (re)estruturação e (re)definição dos processos e dinâmicas do mundo rural apresentam-se pelo transbordamento das dinâmicas urbano-industriais, do progresso técnico e pela subordinação da agricultura à indústria. Kageyama et al. (1987) sintetiza a relação entre técnica, modernização, industrialização e relações de trabalho/natureza.

O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. (KAGEYAMA et al; 1987, p. 1)

Os problemas advindos da falácia desenvolvimentista da Revolução Verde, a qual se assiste entre as décadas de 1950 e 1960 e se consolida na década de 1970, reserva-se aos aspectos de uma modernização seletiva e conservadora, resultando em dinâmicas de aprofundamento das desigualdades socioeconômica (com claras expressões espaciais). Em contrapartida, a consciência da exaustão dos aspectos naturais e a crença na insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente, animam organizações sociais requerentes de uma nova forma de uso e apropriação dos recursos naturais, sobretudo, aquelas inscritas em um modelo de desenvolvimento sustentável. Silva (1999) intencionado em apresentar algumas perspectivas de uma pretensa agricultura alternativa, inscreve à discussão importantes aspectos no qual registra a participação desses movimentos sociais, não no nível da “produção da produção”, mas da “produção de consciência”. Assim conclui

Nesse particular [relação produção da produção/produção de consciência], estou inteiramente de acordo com Carvalho (1982, p. 30), reconhecendo que os “espaços criados pelos movimentos em favor de tecnologias apropriadas significam [...] um esforço progressista, mesmo que por vezes paliativo”. Há um acordo quase geral de que o valor dos movimentos por uma “agricultura alternativa” está em criar uma consciência social nova sobre a produção no seu sentido mais amplo. (SILVA, 1999, p. 55)

Dois pontos merecem destaque na conclusão do autor: a consciência social na criação de novos espaços e a ampliação do sentido da produção. Ambos os aspectos, ao nosso ver,



pressupõem formas de reconexão entre homem e natureza<sup>4</sup>, na senda do elogio às práticas de conservação e proteção do espaço de vivências sociais, ambientais, culturais e econômicas, balizadas por modelos racionais de uso e conservação do patrimônio material e imaterial. Ademais, os pontos destacados obedecem a uma ordem de orientação da ação humana sobre o espaço e, desta forma, os aspectos de consciência social nos remetem as formas de sociabilidade na construção de narrativas empenhadas e expostas na criação de espaços de trocas de experiências (espaço abstrato) e espaço de produção (espaço concreto). A constituição dessas novas formas de uso e ocupação do solo são gestadas, sobretudo, por essa recém construída “consciência social” – não ampla e generalizada, mas inicial e possível. Ao exposto, torna-se patente o destaque de que os aspectos dessa consciência ocorrem na interação entre os indivíduos diante do conhecimento e compartilhamento de suas experiências, carências, possibilidades e necessidades, bem como em reconhecimento de que a herança agrária da humanidade<sup>5</sup> se espacializa de forma funcional à reprodução das desigualdades sociais.

Ao exposto, essa discussão se aproxima dos aspectos de representação social dos sujeitos em relação a determinados espaços que, de certa forma, influenciarão no segundo ponto destacado: a ampliação do sentido da produção. Carneiro (2002) nos lembra que “a elaboração de uma outra vertente de representações sociais sobre o rural, não mais sustentadas na sua desqualificação como atrasado, mas apoiadas na valorização positiva da natureza e do patrimônio cultural dos espaços ‘rurais’” (p. 226) culminará, ao que se testemunha, na ampliação do sentido e das funções do rural historicamente entendido como espaço de produção de alimentos. A ampliação do olhar, para além do enfoque setorial da agricultura – ainda que gestado sobre os aspectos de subordinação desta em relação à indústria – permite-nos abordar, de forma quase que holística, as dinâmicas, processos e relações envolvidas na prática agrícola cotidiana. Essas dinâmicas não são expressas somente pela produção de bens materiais, mas, diante dessa “nova” leitura sobre o rural, apresenta-se na e à produção de imaterialidades que se conservam e se reservam no cotidiano rural.

Dessa forma, o exame dos aspectos multifuncionais, ora em referência a agricultura, ora em referência a paisagem rural – essa última verificada na vertente portuguesa de ordenamento e planejamento territorial – se encontram em quatro troncos teóricos, tal como descritos por

---

<sup>4</sup> Guiomar et al. (2008), ao recuperar teoricamente algumas linhas de entendimento da multifuncionalidade da paisagem rural, trata desta reconexão por meio da interação dos sistemas biofísicos e humanos.

<sup>5</sup> Ainda que entendemos que o sentido atribuído por Mazoyer; Roudart (2010) à noção de herança agrária da humanidade seja aquele referente ao acúmulo histórico do trabalho agrícola na reprodução das necessidades dos grupos sociais, o tratamos neste momento, denotando ao “agrário”, as relações – também históricas – de expropriação, espoliação e concentração fundiária na conformação das desiguais relações de poder que decorrem das desigualdades sociais verificadas no campo, sobretudo, no campo brasileiro.



Sabourim (2005): a) aquele que entende a multifuncionalidade do ponto de vista da influência das externalidades (políticas públicas, inovação tecnológica, educação, modos de vida tipicamente urbanos, entre outros), participantes da revisão de novas práticas rurais; b) aquele que centraliza a diversificação como elemento de ruptura a especialização do padrão monofuncional da agricultura, desvelando os múltiplos usos do espaço rural; c) aquele em que participa da promoção de valores alternativos, incluindo a conservação do modo de vida rural, modelos de desenvolvimento sustentável e a proteção da paisagem rural e; d) aquele que faz referência à funções cumpridas pela agricultura e suportada pela paisagem rural, baseadas no entendimento das múltiplas prestações mercantis e não mercantis.

A sistematização realizada pelo autor apresenta, diante da “tipificação” das correntes teóricas à respeito da multifuncionalidade, uma referência a relação de contraposição e complementariedade de uma “economia de intercâmbio” – edificada sobre a oferta e demanda – face a uma “economia de reciprocidade e identidade” – afeita a ideia de coletivo e de comunidade social. Ainda, Sabourim (2005) registra que ambas co-existem e mantêm-se em relação dialética no movimento de (re)organização e (re)estruturação das atividades não mercantis no campo, participando da definição e defesa das políticas públicas de multifuncionalidade afeitas a não priorizar uma em detrimento da outra<sup>6</sup>.

A economia de reciprocidade destacada por Sabourim quando do resgate das contribuições de Karl Polanyi, inscreve, nas discussões sobre multifuncionalidade da agricultura, a natureza não monetária das relações participantes das estratégias de reprodução socioeconômicas e culturais das diferentes estruturas sociais nos espaços rurais. Dessa forma, a agricultura é percebida, tal como nos apresenta Carneiro (2002), na senda dos desafios a serem enfrentados em face do contexto de múltiplas interações contínuas à valores e práticas sociais, culturais e econômicas diversificadas, em especial, aquelas de base urbana. Essas interações, no entendimento das relações de complementariedade, participam da elaboração das redes de sociabilidade inscritas no engendramento de trocas solidárias e recíprocas, na edificação de novas formas de organização do espaço. É, nesse sentido, que a noção de multifuncionalidade da agricultura se integra a categoria espaço, uma vez que a interação entre os sujeitos da ação – no seu espaço de vivência – é expressa de maneira localizada nas dinâmicas de reprodução

---

<sup>6</sup> Essa relação é demonstrada quando o autor diz que “[...] não se trata apenas de opor um mercado de *commodities* a uma produção de bens identitários associados a funções não mercantis (Barthélemy e Nieddu, 2003). Na realidade, esses dois polos correspondem: i) de um lado, a uma integração econômica dada pelo mercado de intercâmbio capitalista; ii) e, de outro, a uma integração econômica produzida por valores e relações de identidade cultural, territorial, social, inclusive econômica: relações de reciprocidade e de redistribuição.” (SABOURIM, 2005, p. 169)



socioeconômicas do indivíduo e do coletivo, contribuindo, assim, para os processos de desenvolvimento local/territorial (CARNEIRO, 2002; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Sob as bases da diversificação, interação, integração e revisão das funções tradicionalmente atribuídas ao rural, a literatura nos apresenta e nos permite entender a multifuncionalidade da agricultura, como as funções advindas da polarização dos aspectos diversos da agricultura, não necessariamente mercantis ou produtivas, mas “lastreadas” pela produção agropecuária, sendo essas funcionais a estruturação de benefícios particulares e/ou públicos baseados nas potencialidades sociais, ambientais, culturais e econômicas. Evidente que, tal como descrito por Guiomar et al. (2008), na operacionalização da multifuncionalidade, o sucesso desta só se torna possível a partir de uma dada capacidade tecnológica assente na vontade social e suportada nas interações entre os diferentes atores sociais no reconhecimento das amenidades rurais. Desse modo, a multifuncionalidade da agricultura, em sua essência, destaca as representações sociais dos sujeitos, a interação entre eles, as necessidades e possibilidades destes na orientação do trabalho agrícola e não agrícola, bem como, as influências das externalidades e amenidades rurais nos processos de reestruturação das dinâmicas do mundo rural.

É, portanto, nessa perspectiva, que os aspectos do “novo” rural (SILVA, 1997) ou das novas ruralidades (WANDERLEY, 2000) descrevem as dinâmicas participantes da estruturação da noção de multifuncionalidade da agricultura, sobretudo pela leitura do transbordamento das dinâmicas do mundo urbano-industrial sobre o mundo rural (KAGEYAMA, 1987; SILVA, 1981; 1993; 1997; 1999; SILVA et al., 2002; CARNEIRO, 2002; CARNEIRO; MALUF, 2003; VEIGA, 2002). A discussão empregada por esses autores passa a denotar um conceito inseparável à noção de multifuncionalidade: o de pluriatividade. Tal descrição se apresenta como elemento participante das dinâmicas multifuncionais da agricultura, uma vez que os processos destacados participam da reorganização do tempo de trabalho do(a) agricultor(a). Ora, se anunciamos o trabalho como categoria mediadora da relação homem-natureza/sociedade-espço, a pluriatividade como conceito que revisa o enquadramento laboral do agricultor e/ou trabalhador rural, se apresenta fulcral ao entendimento das transformações do espaço rural, captadas pelo olhar multifuncional.

Dessa forma, essa nova realidade das estruturas rurais possibilita a liberação do trabalhador rural à outras atividades econômicas e sociais que participam da estruturação da renda individual e familiar. Candiotto (2009) lembra que

A partir do início da década de 1990, cresce o fenômeno da *pluriatividade* no espaço rural brasileiro, pois, além da maior diversidade de atividades





agropecuárias, são adicionadas novas atividades não agrícolas (indústrias, condomínios residenciais, áreas de lazer e turismo), e intensificadas diversas atividades para-agrícolas que agregam valor aos produtos *in natura* e processados. Esse contexto do rural contemporâneo vem diversificando as ocupações e a renda da população rural, e levando a implicações socioeconômicas e a mudanças no uso e na ocupação do espaço rural. (CADIOTTO, 2009, p. 3)

Pluriatividade e multifuncionalidade, dessa forma, apresentam-se intrinsecamente relacionadas na descrição de dois elementos de salutar importância para o entendimento dessas novas dinâmicas rurais: a perspectiva do desenvolvimento sustentável<sup>7</sup>, somada à mercantilização das relações de produção e relações de trabalho agrícola – na perspectiva de novas formas de acumulação do capital, sobretudo no regime de acumulação flexível – que passam a recriar as atividades agrícolas “a partir de demandas diferenciadas de nichos ou de uma diferenciação dos mercados tradicionais dessas mesmas atividades” (SILVA et al, 2002, p. 40). Cumpre esclarecer que o caráter pluriativo do agricultor apresenta-se nas dinâmicas cotidianas e familiares; o que justifica dada atenção são os processos de valorização e mercantilização dessas atividades para-agrícolas na reafirmação do papel do agricultor no conjunto da sociedade, inscritas na redistribuição das potencialidades rurais expressas nos “aspectos da segurança alimentar, conservação da paisagem, ecossistemas, agrossistemas, e a reprodução social das famílias rurais” (CANDIOTTO, 2009, p. 3). Em relação a multifuncionalidade, a mercantilização soma-se a institucionalização de tal noção, expressas por políticas públicas, conforme registra o mesmo autor.

### **A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E A MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM RURAL: AS UNIDADES DE ANÁLISE**

A noção de multifuncionalidade é institucionalizada no contexto europeu, conservando os aspectos funcionais descritos na estruturação da agricultura em tal cenário e recorte espacial – tratando-se mais especificamente do contexto francês, como afirma Candiotto (2009). No Brasil, tal perspectiva ganha vulto com os estudos de Carneiro; Maluf (2003), no qual, em uma ampla análise das diferentes formas de organização, gestão e estruturação da agricultura no território brasileiro, indicam cinco dimensões da multifuncionalidade, a saber: 1) a reprodução socioeconômica das famílias, a partir da composição e das fontes geradoras de renda; 2) as

---

<sup>7</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92) apresenta-se como marco na orientação das discussões sobre desenvolvimento agrícola sustentável, bem como na orientação a políticas públicas que reconhecessem os aspectos multifuncionais da agricultura. Ver mais em: CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **Anais...** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009. p. 1-16



condições de permanência no campo e as práticas de sociabilidade; 3) a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, abrangendo a produção para o auto consumo e para a comercialização; 4) a manutenção do tecido sociocultural, em referência as condições de vida e de reprodução das culturas locais; 5) a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, no tocante do uso e preservação dos recursos. Assim, a valorização das características locais é encontrada em todas as dimensões e constituem a base para pensarmos as dinâmicas e processos multifuncionais no exame da propriedade rural como unidade de análise da multifuncionalidade da agricultura.

Por conseguinte, Fernandes; Oliveira (2019) em um estudo de caso sobre a multifuncionalidade da paisagem rural do município de Ipeúna-SP, atestam que a noção de multifuncionalidade da agricultura se difere ao de paisagem rural. Os autores assumem a perspectiva de que a última apresenta um caráter integrador dos elementos que constituem o espaço geográfico ao longo do tempo, os quais se transformam e se recombinaem na estruturação e engendramento das dimensões multifuncionais. Assim, a unidade de análise é a paisagem rural e não a propriedade rural como descrita para a multifuncionalidade da agricultura.

Guiomar et al (2008) ao apresentar modelos de análise espaciais a partir do uso da noção de multifuncionalidade da paisagem rural, registra que esta parte da conjunção dos aspectos biofísicos e humanos na estruturação das funções suportadas pela própria paisagem rural, a saber: a) bioecológica (concentrando os processos físicos, químicos e biológicos na definição da heterogeneidade espacial); b) socioeconômica (reunindo os benefícios econômicos); c) sócio ecológicos e cultural (adensando as possibilidades estruturadas pelos benefícios ecossistêmicos e as necessidades da comunidade local). Ainda nessa perspectiva, o arranjo espacial das várias dimensões da paisagem, permite assumir a heterogeneidade na realidade a ser compreendida e gestada a partir do entendimento da multifuncionalidade. Assim, a combinação espacial de distintas unidades espaciais com diferentes funções ou a integração de diferentes funções numa mesma unidade espacial, possibilita que se compreenda três tipos de multifuncionalidade (BLUST; VAN OLMEN, 2002; BRANDT; VEJRE, 2004 Apud GUIOMAR et al, 2008), a destacar

A multifuncionalidade como uma combinação espacial de unidades territoriais separadas com diferente mono(funções); a multifuncionalidade como a presença de diferentes funções numa mesma unidade territorial, mas separadas no tempo; a multifuncionalidade como a integração de diferentes funcionalidades na mesma unidade de território e no mesmo espaço temporal. (GUIOMAR et al, 2008, p. 6)



Tal entendimento nos remete a noção de convergência e divergência na constituição de diferentes espaço-temporalidades que sustentam as funções de dada unidade territorial, descritas e integradas na leitura da paisagem rural. Desse modo, o valor de dada paisagem corresponde as comodidades e amenidades sustentadas pelo espaço rural, assumindo valor de mercado (comodidades, a citar produção florestal, produção agrícola, entre outras) ou valores não mercantis (amenidades descritas por bens e serviços, tais como lazer, conservação da natureza e preservação do patrimônio cultural) (PINTO-CORRÊA et al, 2007).

As novas ruralidades ou o “novo” rural, lidos sob a perspectiva da multifuncionalidade da paisagem rural se apresentam sob a ótica da combinação das dinâmicas e processos de produção de comodidades na difusão das amenidades rurais, como elemento de revisão das funções do rural. Pinto-Corrêa (2007) nos lembra que as relações mutualísticas ou conflitantes entre as funções de determinada paisagem concorrem na estruturação das diferentes funções ao longo do tempo; desse modo, a autora conclui que

Utilizar o conceito de multifuncionalidade é hoje relevante porque a procura social de funções diversas suportadas pela paisagem rural tem vindo constantemente a crescer. A utilização da multifuncionalidade de uma forma analítica significa avaliar que funções são suportadas por uma determinada paisagem, num determinado tempo, e de que forma essas funções se potenciam mutuamente ou estão em conflito (CAIROL, 2005; OECD, 2001). A noção de “jointness” refere-se à forma como a produção de comodidades determina a provisão de amenidade, e também, por outro lado, como é que as medidas que tem como objectivo o desenvolvimento das funções não produtivas podem ter implicações no fornecimento das funções produtivas. (PINTO-CORRÊA, 2007, p. 3)

Em suma, os encaminhamentos propostos pela noção de multifuncionalidade da paisagem rural direccionam-se ao entendimento das formas como as diferentes funções suportadas pela paisagem rural se recombinaem na sua espaço-temporalidade e podem participar e descrever os padrões de uso e ocupação do solo, bem como a gestão do território. Tal afirmativa encontra-se na senda da complexidade estrutural das dinâmicas do mundo rural, exposta as procuras sociais e inscrita em necessidades e possibilidades ao espaço rural, anteriormente não compreendidas ou definidas.

Por assim compreender é que tanto a noção da multifuncionalidade da agricultura – colocando as funções exercidas pela propriedade rural na orbita da agricultura – e a multifuncionalidade da paisagem rural – descrevendo as funções suportadas pela paisagem rural na combinação espacial dos elementos biofísicos e humanos – aportam-se com importantes elementos de estruturação à tomada de decisões, uma vez que correspondem às multideterminações e multifunções, combinadas em um dado arranjo espacial, e apresentam as



possibilidades do espaço para novas atividades (MAIA; FERREIRA, 2011). Ademais, os autores nos lembram que essas possibilidades destacadas pela noção de multifuncionalidade inserem-se nas dinâmicas de desenvolvimento local, aproveitando-se do capital físico, social e cultural do espaço rural.

## **A NOÇÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E DA PAISAGEM RURAL NO DEBATE PÓS-PRODUTIVISTA DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

A paisagem agrária brasileira revela um arranjo de organização espacial calcado no paradigma produtivista, através do qual se prioriza a agricultura intensiva em capital, tecnologia e informação. Dallabrida; Benedetti (2016) nos chama a atenção para o fato de que “como ocorreu em outros países, no Brasil, o maior incentivador do sistema produtivista no espaço rural foi o Estado [...]” (p. 119). Esta observação nos apresenta e nos adianta os obstáculos econômicos, políticos, sociais e culturais que as formas de produção alternativas enfrentam e enfrentarão no processo de organização e consolidação das suas bases produtivas. Tais enfrentamentos, ao nosso ver, decorrem do fato de que a definição por parte do Estado de um dado modelo de agricultura ideal, coloca à margem qualquer iniciativa que tente romper com o arquétipo latifundiário e monocultor da estrutura agrária brasileira.

Ainda, do ponto de vista econômico, Romeiro (1998) instrumentaliza esta discussão ao considerar que os obstáculos destas formas alternativas de produção decorrem do confronto entre a lógica da simplificação (marcada pela simplificação e homogeneização dos ecossistemas pela agricultura e pela pecuária) e a lógica da complexidade (em oposição, parte do entendimento dos limites de regeneração e auto-regulação da natureza, atingindo o debate sobre a sobrevivência e reprodução socioeconômica dos sujeitos). Nesse sentido, o produtivismo intrínseco à lógica da simplificação, adensa ao debate econômico, questões relativas aos impactos ambientais decorrentes do modo intensivo de exploração, questionando a viabilidade produtiva de um modelo desigual, excludente, degradador e adoecedor.

Desse modo, a consciência da insustentabilidade da manutenção das condições que efetivam a agricultura capitalista é fulcral à gestação de mudanças. Perpassa, nesse tocante, pela diversificação de modelos produtivos que busquem outras formas de desenvolvimento, sobretudo, sustentável. É nessa perspectiva, portanto, que se localiza o debate pós-produtivista de entendimento das novas dinâmicas, funções e processos do espaço rural, sob o qual se inscreve as noções de multifuncionalidade da agricultura e multifuncionalidade da paisagem rural. Assim, o desígnio teórico-conceitual do pós-produtivismo no entendimento das dinâmicas do mundo rural, busca estabelecer, entender e esclarecer como as funções exercidas



pelo espaço rural no bojo da sociedade urbano-industrial não apenas se definem pela produção de alimento, geração de divisas, oferta de mão de obra e formação de um mercado consumidor, mas também, por funções intangíveis que dizem respeito à preservação, conservação e manutenção da natureza, das tradições culturais, do patrimônio e da qualidade dos alimentos produzidos.

Nesse sentido, a perspectiva pós-produtivista se apresenta no debate sobre o desenvolvimento rural, porque este enseja mudanças paradigmáticas do modelo de produção e, portanto, descreve revisões nas formas de uso e apropriação dos espaços rurais. Kageyama (2004) ao pensar o conceito e uma proposta de medida para o desenvolvimento rural, busca nas considerações de Jean Van der Ploeg o entendimento de que as formas de desenvolvimento rural se alicerçam na “busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagens), a busca de sinergias com ecossistemas locais, valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais” (p. 384). Dessa forma, declara a multiplicidade de níveis, atores e facetas que perpassam o processo de mudança orientado pela perspectiva do desenvolvimento rural (Ibidem, 2004).

Assim, coerente com a lógica da complexidade defendida por Romeiro (1998), esta forma de desenvolvimento rural que reflete a estratégia da diversificação produtiva dos estabelecimentos rurais e aglutinação destes por meio de redes de cooperação (KAGEYAMA, 2004), buscam reconstruir a agricultura não apenas no nível da propriedade, por meio da produção para o consumo ou para o mercado, mas reorganizar o espaço rural em função de novas demandas da sociedade contemporânea. Esta reorganização, por sua vez, só é possível se compreendermos que o rural, na atualidade, é multisetorial – logo, a pluriatividade se caracteriza como estratégia de manutenção do agricultor(a) no campo – e multifuncional – porque exerce funções econômicas, sociais, produtivas, ecológicas e culturais (Ibidem, 2004).

Desse modo, as noções de Multifuncionalidade da Agricultura (no exame da propriedade rural) e de Multifuncionalidade da Paisagem Rural (no exame dos elementos que se combinam na estruturação da paisagem) são capazes de ampliar o olhar do pesquisador para outras dinâmicas e processos que refletem na organização do espaço rural. São noções que avaliam os elementos internos em relação direta com os elementos externos de suas unidades de análises, entendendo o papel da agricultura no nível do estabelecimento por meio das dinâmicas de alocação do trabalho familiar, no nível do próprio setor agrícola pensando novos modelos de produção e no nível da relação travada entre sociedade e agricultura pensando propriamente as funções exercidas por esta no conjunto dos anos (KAGEYAMA, 2004). Nessa



senda, as noções de multifuncionalidade aqui consideradas, correspondem diretamente ao debate sobre o desenvolvimento rural, captando um momento de mudanças inscritas no paradigma pós-produtivista, uma vez que “instigam a ponderar o meio rural não apenas como local para a produção de alimentos, e sim um espaço onde podem ser exploradas diversas aptidões” (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016).

## **A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E A MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM RURAL NA PRÁTICA: OPERACIONALIZANDO OS CONCEITOS**

A diversidade, a diferenciação e a desigualdade socioespacial do rural brasileiro são analisados por diversos trabalhos que se ocupam em analisar os traços da multifuncionalidade. Por tratar-se de perspectivas teórico-metodológicas coerentes ao exame das novas ruralidades (WANDERLEY, 2000) e das possibilidades ao desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2004), o aporte multifuncional da agricultura e da paisagem rural são operacionalizados em distintos recortes espaciais, a fim de compreender quais as funções são sustentadas pela unidade produtiva ou pela própria paisagem. Nesse sentido, exemplo pioneiro em escala nacional é o trabalho de Carneiro; Maluf (2003) que, ao pensarem o panorama brasileiro da agricultura familiar sobre a ótica da multifuncionalidade, estabelecem as quatro funções da multifuncionalidade da agricultura familiar – como anteriormente apresentado por nós.

Assumindo a escala local, tomando como recorte municípios no interior no estado de São Paulo, o Núcleo de Estudos Agrários (NEA/UNESP Rio Claro) tem-se dedicado à análises das múltiplas funções da agricultura e da paisagem rural. Exemplo desta operacionalização é a tese de doutoramento de Dambrós (2016) que estabelece uma análise comparativa sobre o potencial multifuncional das pequenas propriedades rurais dos municípios de Rio Claro-SP e Brotas-SP. Ademais, a tese de Fernandes (2018) ao buscar compreender a lógica de funcionamento e organização das propriedades rurais familiares do município de Ipeúna-SP, aponta a multifuncionalidade da paisagem rural como uma possibilidade ao desenvolvimento do turismo rural em dada localidade. No mesmo sentido, encontra-se o trabalho de Fernandes; Oliveira (2019).

Pensando o turismo rural em Ipeúna-SP, Marconi (2019) também parte dos aportes da multifuncionalidade para compreender as potencialidades e a tipificação da atividade turística no espaço rural do município. Bortolin (2017) avalia o pagamento por serviços ambientais a produtores rurais pela conservação da água em suas propriedades no município de Rio Claro-SP. Em outras oportunidades, nós operacionalizamos tais conceitos na análise da organização do espaço do Assentamento Rural Horto de Camaquã, localizado na divisa entre os municípios



de Rio Claro-SP e Ipeúna-SP (OLIVEIRA, 2018) e na análise da organização do espaço agrário de Ipeúna-SP pela prática da agricultura natural sob a influência da Korin Agropecuária (OLIVEIRA, 2019).

Por fim, esclarecemos que, em busca de uma agenda de pesquisa em comum, estes trabalhos se somam aos demais desenvolvidos pelos grupos de estudos e pesquisa<sup>8</sup> que integram a Rede de Estudos Agrários (REA) – registrando, através de pesquisas em diferentes contextos regionais e locais, a diferenciação geográfica dos quadros agrícola, agrário e rural do campo brasileiro, bem como, as possibilidades de análise das dinâmicas desses espaços rurais pelo aporte teórico da multifuncionalidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se ocupou em apresentar aspectos relativos às noções de Multifuncionalidade da Agricultura e da Paisagem Rural. O esforço teórico aqui empregado, buscou situar a adoção desta perspectiva teórico-analítica no bojo dos estudos sobre o campo brasileiro, sobretudo, partilhando do olhar geográfico sobre o espaço rural. Nessa perspectiva, o que está posto é a compreensão das transformações do espaço rural e, em face disso, a identificação e discussão de noções teóricas e analíticas que suportem, testem e analisem os novos contornos desta porção do espaço geográfico. Desse modo, partilhamos do entendimento de que as noções teóricas aqui discutidas – Multifuncionalidade da Agricultura e Multifuncionalidade da Paisagem Rural – representam um caminho analítico relevante aos estudos e análise dessas transformações.

Por conseguinte, ao situarmos essas noções teóricas no contexto das relações pós-produtivistas da agricultura, apresentamos como funções inerentes à atividade agrícola e à paisagem rural, aquelas que extrapolam o caráter setorial e eminentemente produtivista do campo. Nesse sentido, a atividade agrícola como expressão de um dado modo de vida, realiza a mediação entre o esforço produtivo dos sujeitos sociais do campo – este esforço caracterizado pela materialidade das relações cotidianas no meio rural, sobretudo, na produção de alimentos, seja para o autoconsumo ou comercialização – e a representação social e cultural do mundo rural – caracterizada pelas imaterialidades que compõem e identificam este próprio modo de vida.

---

<sup>8</sup> A Rede de Estudos Agrários (REA) é formada pelos grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos Agrários (NEA/UNESP Rio Claro), Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA/UFPeI), Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Rural (NEPGER/UNIMONTES), Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES/UNIFAL) e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais (GRUPAM/UFS).



Evidentemente, como advogamos neste trabalho, as transformações ocorridas no campo ao longo da segunda metade do século XX e que avançam na aurora do século XXI, deslocam a centralidade do agrícola na organização e identificação do que é o rural. Entretanto, a agricultura, ainda que possa exercer menor grau influência nos arranjos espaciais das propriedades em face da institucionalização e mercantilização das amenidades rurais, a importância desta para os termos de definição do modo de vida rural e da paisagem rural é de sumária importância. Esta importância advém do fato de que, diante do nosso entendimento, a agricultura é responsável pela organização do tecido espacial e social do campo. É tributária à esta, portanto, que estão as múltiplas funções da agricultura que, longe de serem “novas”, são recuperadas no intento de revalorização do campo, diante dos processos de reestruturação das dinâmicas rurais e de comercialização e consumo de bens intangíveis.

Ao exposto, a noção de Multifuncionalidade – seja da agricultura ou da paisagem rural – não se encerra nos limites da propriedade rural. Esta tem como referência os benefícios públicos e privados que as múltiplas funções exercidas pela agricultura conferem ao conjunto da sociedade, denotando a análise das relações internas e externas à propriedade. É, em vista disso, que podemos entender estas múltiplas funções para além da perspectiva da produção, assumindo o seu caráter multisetorial, multinível, multifatores e multifacetado, tal como nos lembra Kageyama (2004).

Assim, no enfoque geográfico da multifuncionalidade, buscamos a compreensão dos processos e práticas socioespaciais que estruturam as múltiplas funções entorno da atividade agrícola. A centralidade analítica está no entendimento da (re)combinação destas funções na sua espaço-temporalidade a fim de compreendermos os arranjos espaciais por meio das ações dos sujeitos (práticas sociais), as quais gestam e organizam os distintos usos e ocupações do espaço por meio de práticas espaciais. Por fim, apresentamos, a título de conclusão, uma proposta inicial (portanto, inacabada e aberta aos ajustes necessários) de síntese analítica do enfoque geográfico das noções de Multifuncionalidade da Agricultura e da Paisagem Rural (Quadro 1).

Quadro 1: Síntese analítica do enfoque geográfico da Multifuncionalidade da Agricultura e da Multifuncionalidade da Paisagem Rural

	<b>Agentes</b>	<b>Nível</b>	<b>Práticas Sócioespaciais</b>
<b>Multifuncionalidade da Agricultura e a da paisagem rural</b>	- Estado;	Propriedade	- Organização do trabalho agrícola e não agrícola: familiar e assalariado; - Organização da produção: lavoura, técnicas e manejo;





	<ul style="list-style-type: none"><li>- Investidores internacionais e nacionais;</li><li>- Proprietários rurais;</li><li>- Produtores rurais;</li><li>- Agricultores familiares;</li><li>- Movimentos sociais;</li><li>- Consumidores.</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>- Diversificação e simplificação da produção;</li><li>- Formas explorações da terra: direta ou indireta;</li><li>- Destino da produção: consumo e/ou comercialização;</li><li>- Acesso à assistência técnica rural;</li><li>- Acesso à crédito rural;</li><li>- Práticas de conservação e/ou preservação do solo, da água, da flora e da fauna;</li><li>- Expressão de símbolos culturais e religiosos;</li></ul>
		Sociedade	<ul style="list-style-type: none"><li>- Consumo das amenidades e comodidades rurais;</li><li>- Consumo de alimentos;</li><li>- Representação social dos sujeitos: valorização do modo de vida rural;</li><li>- Atuação de movimentos sociais: acesso à terra, preservação/conservação ambiental e segurança alimentar;</li><li>- Políticas públicas, marcos jurídicos de uso e ocupação do solo, taxação da produção e da propriedade fundiária</li><li>- Incentivos à modelos produtivos: agronegócio, agricultura familiar, agroecologia, agricultura orgânica, agricultura sustentável, etc.;</li><li>- Mobilidade virtual e efetiva da população;</li><li>- Organização e constituição dos sistemas agroalimentares internacionais;</li><li>- Inserção e exclusão de localidades no mercado internacional;</li><li>- Acessibilidade à produção;</li><li>- Controle da distribuição;</li></ul>



Por estar em aberto, esta síntese metodológica do enfoque geográfico das noções de Multifuncionalidade da Agricultura e da Paisagem Rural, caracteriza-se, para além de uma proposta, uma agenda de pesquisa. Tal agenda de pesquisa, por sua vez, deve priorizar o tratamento do “olhar geográfico” – considerando os aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos da ciência geográfica – no tratamento das dinâmicas do rural do brasileiro para além do enfoque setorial, com vistas a compreender quais são as múltiplas funções da agricultura e da paisagem rural exercidas no conjunto da sociedade na contemporaneidade e como a Geografia pode contribuir para o debate e para as proposituras de enfrentamento dos problemas identificados.

## REFERÊNCIAS

BORTOLIN, B. C. Avaliação da proposta de pagamento pela conservação da água em propriedades rurais de Rio Claro. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2017.

CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **Anais...** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009. p. 1-16

CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J; COSTA, F. de C (Org.). **Mundo rural e cultura**. Mauad: Rio de Janeiro, 2002. p. 223-240

CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S (Org.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 17-27

CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Mauad X: Rio de Janeiro, 2009. p. 47-70

DALLABRIDA, V. R; BENEDETTI, E. L. Do produtivismo, ao neoprodutivismo, para o pós-produtivismo: perspectivas teóricas recentes na interpretação das mudanças no espaço rural elucidação de práticas inovadoras. **Redes**, v. 21, n. 3. Santa Cruz do Sul, 2016. p. 117-136

DAMBRÓS, C. Organização espacial e paisagem rural: o potencial multifuncional das pequenas propriedades em Brotas e Rio Claro/SP. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2016. 192f.

DOLLFUS, O. O homem e o espaço geográfico. In: \_\_\_\_\_. **O Espaço Geográfico**. 2 ed. Difel: São Paulo, 1975. Pp. 29-41



FERNANDES, S. A organização do espaço rural: estrutura e lógica das propriedades rurais familiares em Ipeúna/SP. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2018. 227f.

FERNANDES, S; OLIVEIRA, M. H. R. de. Multifuncionalidade da paisagem rural: possibilidades ao município de Ipeúna/SP. **Anais...** In: II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XIV Seminário da Pós-Graduação em Geografia. Rio Claro, 2019. s/p

GUIOMAR, N. et al. Modelo de análise espacial para avaliação do caráter multifuncional do espaço. **Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)**, Faro, Universidade do Algarve. 2008. p. 1-13

KAGEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais** [mimeo]. UNICAMP: Campinas, 1987. 121p.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3. Brasília, 2004. p. 379-408

MAIA, A. C; FERREIRA, D. A. de O. Gestão do Território: multifuncionalidade e turismo como estratégias para o desenvolvimento rural. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 3, n. 2. Caxias do Sul, 2011. p. 141-149

MARCONI, M. S. Caracterização e tipificação do turismo rural em Ipeúna/SP: Potenciais e agentes envolvidos. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2019.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas do neolítico à crise contemporânea**. Editora UNESP: São Paulo, 2010. 568p.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M da. **A valorização do espaço**. Editora Hucitec: São Paulo, 1984. p. 121-147

MOREIRA, R. O homem estatístico. In: \_\_\_\_\_. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. Contexto: São Paulo, 2006. p. 78-99

\_\_\_\_\_. **Espaço, corpo do tempo: a construção geográfica da sociedade**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

OLIVEIRA, M. H. R. Organização do espaço pela agricultura familiar: um olhar multifuncional sobre as dinâmicas do Assentamento Rural Horto de Camaquã, Ipeúna/SP. **GEOGRAFIA**, v. 43, n. 3. Rio Claro, 2018.

\_\_\_\_\_. A organização do espaço agrário de Ipeúna-SP: território, organização produtiva e interações espaciais para um desenvolvimento rural sustentável. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2019.



PINTO-CORRÊA, T. Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. **Inforgeo**, Ed. Associação Portuguesa de Geógrafos. 2007. p. 67-71

ROMEIRO, A. R. Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural. In: \_\_\_\_\_. **Meio Ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. Annablume: FAPESP: São Paulo, 1998. Pp. 247-258

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, n. 2. Rio de Janeiro, 2005. p. 161-189

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 4. ed. Editora Hucitec: São Paulo, 1996. p. 61-93

SILVA, J. G da. **O progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. Ed. Hucitec: São Paulo, 1981. 210p.

\_\_\_\_\_. A industrialização e a urbanização da Agricultura Brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3. São Paulo, 1993. p. 2-10

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. UNICAMP IE: Campinas, 1998. p. 61-87

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, v. 7, n. 1. Belo Horizonte, 1997. p. 43-81

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Ed. Universidade UFRGS: Porto Alegre, 1999. 238p.

SILVA, J. G; DEL GROSSI, M. CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 19, n. 1. Brasília, 2002. p. 37-67

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Editores Associados: Campinas, 2002. p. 31-102

WANDERLEY, M. de N. D. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2. Rio de Janeiro, 2000.